



1

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

2 No dia doze de dezembro de dois mil e onze, realizou-se a quinta reunião extraordinária do
3 Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH na Fundação Luiz Eduardo Magalhães –
4 FLEM, a partir das quatorze horas e trinta minutos. Estiveram presentes o presidente em
5 exercício deste Colegiado: Júlio Mota - INEMA, Milene Maia – SEMA, e demais membros
6 integrantes, os conselheiros: Luiz Henrique Pinheiro – INEMA, Marcelo Nunes de Abreu –
7 SEAGRI, Mauricio José Nunes Ferreira – SEPLAN, Jurema Augusta Ribeiro Valença – SECTI,
8 Tâmara Lenize de Azevedo Teles - SICM, Gertha Merícia Rios – PGE, Eduardo Lima
9 Vasconcelos – Prefeitura de Brumado, Evilásio Silva Fraga – FAEB, Leila Márcia Souza
10 Oliveira – ABAF, Silva Cristina de Souza Reis – BRASKEM, Marcos Galindo Pereira Lopes –
11 FIEB, Sergio Bastos – COFIC, Sandra Caldas Martins Guimarães DOW Brasil S.A., Eduardo
12 Lobo – Mineração Caraíba, José Luiz Pucci – FERBASA, Carlos Alberto Pereira – Colonia de
13 Pescadores Z 02, Rita Barbara Garcez – Associação dos Amigos do Ilê Ase Oya Tola, Alcides
14 Jorge Carvalho – Associação Cultural e Religiosa Sítio de Paz, Bruno Jardim – Escola
15 Politécnica da UFBA, Renato dos Santos Andrade – SENGE-BA, Eduardo Henrique Rode –
16 CREA/BA, Ticiano Rodrigo Oliveira – AGENDA e Juca Ulhôa Paes da Cunha -
17 GAMBÁ. Constaram em pauta: 1- Escolha das representações para Conselho Administrativo do
18 Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERHBA; 2 - Escolha das representações para a Câmara
19 de Compensação Ambiental; 3 - Aprovação do calendário anual das Reuniões Ordinárias do
20 CONERH para o ano de 2012; 4 - Apresentação sobre a elaboração dos Planos de Bacia do
21 Estado; 5 - Apresentação dos estudos para implementação da cobrança e criação da agência de
22 bacia no Estado; 6 - Acompanhamento dos conflitos pelo uso da água na Bahia e 7 –Informe
23 sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERHBA) e a Câmara de Compensação
24 Ambiental. O presidente em exercício Júlio Mota cumprimentou a todos e como havia *quorum*
25 regimental a sessão foi aberta; O Presidente em Exercício fez uma breve explanação sobre as
26 representações do CONERH no FERHBA e na Câmara de Compensação Ambiental, salientando
27 como se dá a representação do CONERH nas instâncias do FERHBA e Câmara Técnica de
28 Compensação Ambiental, sendo que no fundo o conselho é representando por um representante
29 dos Usuários e um representante da Sociedade Civil, na Câmara Técnica de Compensação
30 Ambiental o conselho é tem apenas uma vaga a qual a titularidade é alternada entre sociedade
31 civil e usuários onde um dos representantes é titular e outro suplente. Após a explicação, Julio

32 Mota passou a palavra para Milene Maia para que ela desse maiores esclarecimentos. Milene
33 Maia informou que a Coordenação dos fundos solicitou à secretaria executiva dos conselhos que
34 colocasse na pauta da reunião extraordinária a escolha dos representantes do CONERH para o
35 fundo e a câmara de compensação ambiental, pois havia a necessidade destes representantes do
36 fundo se reunir com os demais representantes no dia 16 de dezembro, onde se realizará a
37 segunda reunião do Fundo. Em seguida, o presidente em exercício Julio Mota deixou em aberto
38 o pronunciamento dos membros do conselho quanto às sugestões das representações. O
39 Conselheiro Marcos Galindo da FIEB se colocou a disposição para representar o conselho no
40 FERHBA, Evilásio Fraga também se colocou a disposição para ocupar a vaga no fundo, por
41 último Sergio Bastos da COFIC se dispôs a ocupar a vaga da representação de usuários no fundo.
42 Após as sugestões dos usuários a sociedade civil se colocou a disposição; O Conselheiro Bruno
43 Jardim da Escola Politécnica da UFBA, Rita Barbara Garsez da Associação dos amigos do Ile
44 Ase Oya, Juca Ulhôa representante do GAMBÁ se pós a disposição. Diante do exposto, o
45 conselheiro Julio Mota solicitou aos conselheiros que se propuseram a representar o conselho
46 que decidissem entre seus pares a representação para cada segmento dentro do fundo. Após
47 conversarem decidiram que a FAEB e FIEB serão os representantes dos usuários, sendo titular e
48 suplente respectivamente; Os representantes da Sociedade Civil decidiram que A Escola
49 Politécnica da UFBA será o titular e a Associação dos amigos do Ile Ase Oya será suplente. Em
50 seguida passou a discussão para representação do CONERH na Câmara Técnica de
51 Compensação Ambiental. A Conselheira Leila Oliveira salientou que tanto no CEPRAM como
52 no CONERH existe uma parceria de titularidade e suplência, entre os dois segmentos. Sergio
53 Bastos salientou que o CEPRAM ainda não foi renovado, porém Leila Oliveira enfatizou que é
54 um entendimento que existe entre os conselhos para que as categorias sejam representadas. Após
55 as considerações Leila Oliveira se colocou a disposição de continuar representando o CONERH
56 na câmara; Eduardo Rode também se pós a disposição nesta representatividade; Juca Ulhôa
57 também se dispôs. Após as proposições Julio Mota solicitou que houvesse um consenso entre os
58 pares. Após consenso foi decidido que Eduardo Rode do CREA/BA será o titular e Leila
59 Oliveira da ABAF será a suplente na Câmara Técnica de Compensação. Em seguida passou para
60 aprovação do calendário de reuniões ordinária do CONERH. O presidente em exercício colocou
61 em votação e o calendário foi aprovado por unanimidade. Após a aprovação a conselheira Leila
62 Oliveira questionou sobre o planejamento dos conselhos, pois este assunto não entrou na pauta
63 desta reunião, também sugeriu a elaboração de um cronograma de ações do CONERH
64 contemplando o planejamento dos conselhos tendo em vista o documento entregue os
65 conselheiros. Milene Maia informou que teve que priorizar a pauta desta reunião e salientou que
66 nada impede de convocar outra reunião extraordinária para discutir o planejamento. O

67 conselheiro Eduardo Rode também questionou sobre o funcionamento das Câmaras Técnicas do
68 CONERH. O Presidente em exercício informou que este assunto consta na pauta o que ocorrer.
69 Em seguida passou para apresentação sobre a elaboração dos Planos de Bacia do Estado. Julio
70 Mota informou que os planos de bacia do Grande e do Corrente estão em via de contratação para
71 iniciar os trabalhos, e salientou que foram licitados três planos de bacia sendo que o certame
72 licitatório do Paraguaçu foi deserto, porém será licitado novamente junto com Itapicuru e o
73 Recôncavo Norte. Também informou que o plano de Bacia do Verde e Jacaré sairá de uma
74 negociação de compensação. Em seguida solicitou de Luiz Henrique, Diretor de Águas do
75 INEMA que fizesse uma breve apresentação sobre a elaboração dos Planos de Bacia. Luiz
76 Henrique falou sobre a competência do CONERH para o acompanhamento da elaboração dos
77 planos de bacia e enfatizou a necessidade do conselho e dos comitês de criarem uma estrutura
78 para acompanhar a elaboração dos planos, juntamente com a proposta de enquadramento de
79 corpos d'águas, que também é competência deste Conselho acompanhar. Também enfatizou a
80 necessidade de criar uma câmara técnica de outorga e cobrança, pois está prevista a
81 implementação da cobrança pelo uso da água ser implementada em 2013; também destacou que
82 é necessário o Conselho elaborar uma resolução para definir critérios e diretrizes para cobrança.
83 Luiz Henrique também informou que a diretoria de águas está elaborando uma proposta de
84 resolução cobrança para ser apreciada pelo conselho, porém disse que é necessário criar a câmara
85 técnica de outorga e cobrança. Também salientou que o Estado não tem uma resolução que trata
86 sobre diretrizes de outorga e que se faz necessário o Conselho discutir essa temática. O
87 conselheiro Sergio Bastos perguntou como se dará o processo de construção dos planos e dos
88 enquadramentos, questionou se serão elaborados conjuntamente com os planos ou
89 separadamente. Luiz Henrique informou que com a apresentação que será realizada por Gabriel
90 Moraes este questionamento será sanado. Após a apresentação Luiz Henrique convidou Gabriel
91 Moraes que está representando o coordenador de Recursos Hídricos José George Silva para fazer
92 a apresentação sobre as elaborações dos planos de bacia. Gabriel Moraes fez uma breve
93 contextualização dos planos de recursos hídricos que estão sendo elaborados e licitados. Gabriel
94 Moraes também fez algumas ponderações sobre como o órgão gestor decidiu revisar o PERH de
95 2004, o que foi aproveitado e adequado, os diagnósticos sobre temas com pouca variabilidade na
96 escala temporal humana. Também falou que o órgão gestor optou por consultorias individuais
97 para avaliação dos diversos temas que o compõem. Balanço Hídrico do Estado - Consolidar as
98 Disponibilidades, Reavaliar as Demandas e Consolidar o Balanço Hídrico por Unidade de
99 Balanço; Demanda Hídrica para Irrigação - Identificar os Principais tipos de Culturas Irrigadas e
100 Aprimorar o Cálculo de Demanda de Irrigação; Levantamento e atualização de dados
101 Geológicos, Geomorfológicos, Pedológicos e Hidrogeológicos - Atualização e Revisão Geral

102 desses aspectos enfatizando a sua correlação com a gestão das águas; Disponibilidade dos
103 Recursos Subterrâneos, consolidar Balanço Hídrico das Disponibilidades Subterrâneas e
104 Demandas por Unidade de Balanço. Gabriel Moraes, também informou que a consultoria visa
105 atender os seguintes itens: Diagnóstico; Arcabouço Jurídico e Institucional, Climatologia,
106 Conservação das Águas, Macroeconomia, Uso e Ocupação do Solo, Povos e Comunidades
107 Tradicionais, Mobilização Social, Consulta Pública, Prognóstico e Elaboração dos Planos e
108 Programas. Também disse que a participação social se dará por meio de reuniões de andamento
109 (câmaras técnicas), oficinas, consultas públicas e plenárias do comitê. Após a apresentação foi
110 aberto para os questionamentos. O Conselheiro Sergio Bastos questionou quantas empresas
111 concorreram para estes editais. Gabriel Moraes informou que foi um consórcio. Bruno Jardim
112 questionou sobre a participação dos outros setores, e se dentro do plano existe uma avaliação que
113 possa acompanhar a aplicação dos instrumentos. Gabriel Moraes informou que existe esta
114 preocupação e que está previsto a participação dos setores interrelacionados na elaboração dos
115 planos. Bruno Jardim também questionou como se dá a participação das secretarias no conselho e
116 enfatizou que é necessária a troca entre conselho e secretarias para que haja uma interface. Julio
117 Mota enfatizou que esta interinstitucionalidade é um grande desafio, para que os planos e demais
118 programas sejam efetivados. Evilasio Fraga indagou se os estudos sobre demanda hídrica estarão
119 disponíveis, pois gostaria de ter acesso. Luiz Henrique disse que o balanço hídrico de águas
120 superficiais do plano estadual de recursos hídricos está disponível e que os demais em breve
121 estariam disponíveis, pois está em fase final. Também lembrou que se trata da revisão do Plano
122 Estadual de Recursos Hídricos dentro de uma lógica participativa e que virá para a plenária do
123 CONERH para aprovação a revisão do plano, também sugeriu que na próxima reunião do
124 Conselho fosse apresentado o estado da arte da revisão do plano estadual de recursos hídricos
125 com mais detalhamento para apreciação do conselho. A conselheira Milene Maia sugeriu que
126 antes de vir para o plenário deveria passar pela Câmara Técnica de Planos, Programa e Projetos –
127 CTPPP para depois vir para o plenário. Julio Mota informou que o estudo ainda não está
128 terminado. Sergio Bastos disse que é importante que os comitês tenham ciência do papel deles
129 quanto à elaboração dos planos de bacia e sugeriu que nas reuniões dos comitês seja enfatizado o
130 papel dos comitês. Luiz Henrique salienta que é importante o comitê compreender o papel dele.
131 Entretanto tem alguns instrumentos como dispensa de outorga ou volume de pouca expressão
132 para efeito de dispensa de outorga que precisa se discutir os valores de pouca expressão que
133 estão dispensados de outorga os quais primeiro passam pelos comitês para depois vir para o
134 Conselho, porém essa discussão tem que ser realizada juntamente com a elaboração dos planos
135 de bacia e outras questões relacionadas à cobrança, enquadramento e outorga. Enfatizou que o
136 cadastro já está sendo construído dentro dos planos. O Conselheiro Juca Ulhôa questionou sobre

137 a adequação da metodologia se vai ser haver revisão da metodologia, pois muitas vezes o
138 processo não esta casado com o processo de apreciação dos comitês? Gabriel Moraes informou
139 que está sendo observada a necessidade de cada bacia e exemplificou dizendo que a metodologia
140 de elaboração do Salitre é diferente dos demais, também informou que a metodologia e
141 levantamento de dados são discutidos dentro das câmaras para ser encaminhado às plenárias dos
142 comitês. Evilasio Fraga lembrou que o ano de 2012 é ano eleitoral, portanto é necessário buscar
143 formas para que não haja interferência nas construções destes instrumentos. O Conselheiro
144 Bruno Jardim ressaltou a necessidade de o conselho aprovar diretrizes gerais para os
145 instrumentos os quais possam considerar todos os aspectos no Estado, pois o Estado da Bahia
146 tem uma diversidade hidrológica enorme. Julio Mota enfatizou que está prevista a elaboração de
147 dez planos, porém ressaltou a necessidade de começar a elaboração dos mesmos e trazer para o
148 conselho as discussões de cunho estadual, pois o conselho é o espaço apropriado para as
149 discussões maiores. O Conselheiro Bruno Jardim se colocou a disposição do conselho para se
150 reunir com os demais membros para traduzir as questões hidrológicas. Luiz Henrique
151 parabenizou pela a idéia e enfatizou que seria importante socializar os termos para que o
152 conselho esteja à vontade nas deliberações. Também disse que no Conselho Nacional de
153 Recursos Hídricos – CNRH esta sendo discutida uma proposta de resolução que trata sobre o uso
154 de pouca expressão ou uso insignificante, em breve terá uma resolução, informou que a Bahia
155 participa de um GT nacional que trata sobre rios intermitentes que é uma grande realidade da
156 Bahia e que o grupo de trabalho já possui uma proposta de resolução para ser encaminhada para
157 o CNRH. Luiz Henrique solicitou que o coordenador de cobrança Paulo Moreira que fizesse a
158 apresentação sobre Cobrança pelo Uso da Água. O Coordenador Paulo Moreira iniciou sua
159 apresentação sobre cobrança citando os artigos da lei 11.612/09 que fala sobre cobrança pelo uso
160 da água, falou do papel do comitê de acordo com a legislação vigente da Bahia, ao mesmo tempo
161 em que falou sobre as características que devem ser levadas em consideração para fixar os
162 valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de acordo com o artigo 23 da Lei
163 11.612/09. O coordenador também falou do processo de criação das agências de bacia sua
164 atuação e competências técnicas. Falou também sobre o caminho para instituir uma entidade
165 delegatária como agência de bacia, falou do papel do CONERH na criação das agências. Após a
166 introdução legal Paulo Moreira fez uma breve explanação sobre o cronograma das atividades já
167 realizada pela coordenação de cobrança do INEMA. Disse que o processo da implantação da
168 cobrança foi dividido em cinco etapas sendo a quinta a criação de um sistema que será utilizado
169 para abrigar os dados levantados nas etapas anteriores. O coordenador disse que a primeira etapa
170 trata de apropriação e tratamento de dados, que será sempre atualizada. O Conselheiro Sergio
171 Bastos questionou quais são os dados que estão sendo trabalhado neste levantamento. Paulo

172 Moreira informou que estes dados estão sendo retirados do banco de dados de outorga e
173 salientou que as etapas 1 e 2 são mais internas e que serão apresentados relatórios. Sergio Bastos
174 questionou se o modelo de agência será indicado com base nestes dados. Paulo Moreira salientou
175 que a escolha será realizada pelos comitês, para os quais serão apresentados os mecanismos para
176 que estes possam escolher e quanto aos valores, serão apresentados cenários para que os comitês
177 deliberem. Também disse que este levantamento está sendo realizado em quatro RPGA, Grande,
178 Paraguaçu, Corrente e Recôncavo Norte, porém terá uma bacia que será o piloto no processo de
179 modelagem, para alavancar para as demais bacias. Paulo Moreira salientou que apesar de não ter
180 os estudos prontos acredita que terá RPGA que não arrecadará o montante de 7,5% que tem que
181 ter para agência, logo terá que ter outra estratégia, como verificar se onde a agência está alocada
182 tem outras agências para formar uma única, entretanto informou que a idéia do órgão gestor
183 inicial era ter duas agências do Leste e do Oeste, porém não está fechado. Disse também que
184 existe a pretensão que em 2013 o processo de cobrança seja iniciado. Informou que no SEIA terá
185 um sistema do Estado para gerenciar o cadastro e a cobrança. Foram realizadas visitas técnicas
186 na ANA e no consórcio PCJ. Paulo Moreira disse que o processo de viabilidade das agências já
187 fora iniciado. Luiz Henrique disse que foi dado um panorama do que está sendo realizado, para
188 que o conselho tenha ciência dos processos realizados pelo órgão gestor. Evilásio Fraga indagou
189 quem definira o valor da cobrança, questionou também o custo de uma agência e qual seria a
190 primeira bacia que passará pelo processo de cobrança. Paulo Moreira informou que o comitê
191 propõe e escolhe os valores e o CONERH aprova. O custo da agência vai depender das escolhas
192 dos comitês. Se for agência terá que ter dinheiro, mas se for entidade delegatária a estrutura
193 física já existe e o custo fica em torno de 3 milhões por ano. Julio Mota informou que está
194 apresentação esta sendo feita para dar um panorama do que se está fazendo no INEMA. Luiz
195 Henrique salienta que em relação a primeira bacia a ser cobrada não há nada formalizado, disse
196 também que no início de 2012 será apresentado, uma proposta de resolução sobre diretrizes e
197 critérios gerais para cobrança do uso de recursos hídricos na Bahia. Juca Ulhôa salienta da
198 necessidade da câmara técnica para essa demanda de cobrança. O Conselheiro Renato dos Santos
199 questionou sobre os dados do valor de 7,5% se já foi verificado se este valor sana as
200 necessidades das agências. Luiz Henrique informa um parâmetro da lei federal que será aplicado
201 no custeio administrativo do sistema agência de bacia. Sergio Bastos questiona sobre a proposta
202 de resolução de cobrança. Luiz Henrique informa que será uma resolução com diretrizes gerais
203 para cobrança. O conselheiro Eduardo Rode questionou sobre os concursos anunciados para
204 INEMA. Julio Mota informou que está na pauta e que a demora se deu por conta do
205 entendimento da Secretaria de Administração de que o concurso não poderia ser por profissão,
206 porém para o órgão não é interessante muito por conta da necessidade de ter profissionais

207 específicos, e informou que a SAEB já lançou a chamada para as empresas e que acredita que em
208 março de 2012 o concurso será lançado. Depois de sanadas as perguntas seguiu-se uma
209 apresentação sobre os conflitos pelo uso da água na Bahia. Luiz Henrique iniciou a apresentação
210 falando que os conflitos pelo uso da água já foram matérias do conselho. Também fez uma breve
211 explanação acerca, da escassez hídrica que em última análise existiu uma demanda pelo uso da
212 água maior do que a disponibilidade hídrica. O INEMA esta trabalhando para o aperfeiçoamento
213 da gestão dos recursos hídricos para minimizar os conflitos e Implementação de infra estrutura
214 hídrica para resolver o conflito. Disse também que as informações para resoluções dos conflitos
215 precisam cadastrar os usuários para poder equacionar os conflitos, infra estrutura hídrica e
216 estudos e medições para estimativa da disponibilidade hídrica. Falou sobre os papéis do órgão
217 gestor, dos comitês e do CONERH de acordo com a lei de recursos hídricos nº11.612/09. Após
218 discorrer sobre a competência falou sobre os conflitos do uso da água tratados pelo órgão gestor
219 que são: Bacia hidrográfica do rio Salitre (Baixo Salitre), Rio do Antônio (bacia do rio das
220 Contas), Rio Brumado (bacia do rio das Contas), Canal do Mocambo (bacia do rio Corrente),
221 Reservatório de Mirorós (rio Verde), Região de Irecê / Lapão (água subterrânea) e Represa
222 Andorinhas II (bacia do Itapicuru). Também informou que foi feita uma licitação para a bacia
223 hidrográfica do rio salitre que viabilizou um estudo de disponibilidade hídrica e demanda e
224 realizou cadastro para propor ao comitê uma alocação de água, ou seja, distribuir a pouca água
225 entre os usuários de recursos hídricos. Também explicou sobre o conflito da barragem do
226 Truvisco no Rio do Antônio que é formada pelos rios Jurema, Tauape e do Salto, sendo
227 construída e operada pelo DNOCS. A vazão defluente da barragem do Truvisco junta com o rio
228 Comocoxico para formar o rio do Antônio. A barragem do Truvisco possui uma capacidade de
229 armazenamento de aproximadamente 39 hm³, e seu principal uso é o de regularização do rio do
230 Antônio. Por estar localizada na região semi-árida, a bacia do rio do Antônio possui elevado
231 déficit hídrico, agravado pela disputa da água pelos usos de abastecimento e irrigação. Trata-se,
232 portanto, de uma região de conflito pelo uso da água que necessita de uma forte intervenção do
233 INEMA. Falou sobre as ações que o órgão gestor esta realizando na sub bacia do Rio do Antônio
234 como: Realização de cadastro de usuários de recursos hídricos, Reuniões com a Comissão
235 Gestora do Açude de Truvisco para negociação de descarga de água, ações de fiscalização de
236 usos dos recursos hídricos, construção de Termo de Referência para elaboração do Plano de
237 Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, com previsão de elaboração para 2012; Apresentação de
238 um cronograma de implantação do projeto de adutora por parte da EMBASA, que vai retirar
239 água da barragem de Truvisco para suas três estações de tratamento de água. Realização de
240 estudos a respeito do assoreamento ao longo do rio e outros problemas ambientais, durante a
241 elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas. Articulação com os municípios

242 no âmbito do comitê de bacia para discussão da implantação de projetos de saneamento básico
243 de competência municipal. Implantação de projeto de conservação e recuperação de nascentes e
244 matas ciliares na sub-bacia, assim como criação de Unidades de Conservação nas Serras do
245 Espinhaço e do Salto, conforme Indicação nº 18.506/2011 da Assembléia Legislativa do Estado
246 da Bahia. Verificação das atividades poluidoras, realização de campanha de fiscalização de usos
247 de recursos hídricos, regularização dos usos identificados, incluindo as barragens ao longo do
248 rio. Após a apresentação foi aberto para os questionamentos dos conselheiros. A Conselheira
249 Leila Oliveira pediu que os conselheiros tivessem acesso às informações sobre as áreas de
250 conflito atuais e sobre as providências do órgão gestor. Também questionou sobre concessão de
251 outorga e qual a segurança do usuário tem quando se trata de áreas de conflitos e salientou que
252 este assunto foi solicitado que entrasse em pauta do conselho para que o CONERH discutisse o
253 que é uma concessão de outorga. Evilásio Fraga falou que foi registrada em ata do conselho a
254 necessidade de criar um espaço dentro do CONERH de discussão sobre a questão da suspensão
255 da outorga, pois quando adquire a outorga existe um planejamento de uso, logo é necessário
256 algum instrumento que regulamente a suspensão do uso da água. Bruno Jardim falou da relação
257 das águas de domínio federal e estaduais, pois é necessário discutir esse tema, também
258 questionou como está sendo discutida a questão da transposição do rio São Francisco no
259 conselho, pois um terço da vazão outorgável vai para a transposição, e salientou que o São
260 Francisco esta ao lado do Salitre, entretanto lembrou que o plano de recursos hídricos do Salitre
261 recomendava fazer uma adutora captando água para abastecer projetos de irrigação, e convidou
262 os membros do conselho a refletir sobre a questão. O conselheiro Eduardo Vasconcelos disse
263 que o problema de Brumado não está resolvido, e falou da situação que ocorre no município,
264 salientou também que a barragem de Truvisco não funciona, porém disse que é necessário que
265 faça uma descarga ecológica para dar vida ao rio do Antônio. Também falou que há um
266 desconhecimento da realidade e que várias vezes se reuniu com o órgão gestor e se colocou a
267 disposição para ajudar na discussão. Julio Mota informou que está tentando resolver e disse que
268 a adutora foi proposta ao comitê e todos aceitaram, e falou dos demais conflitos e disse que todos
269 estão sendo encaminhadas para resolução. O Conselheiro Alcides Carvalho cobrou informações
270 sobre a extinção do Conselho da Carta pelas Águas foi instituído por decreto, porém foi extinto e
271 não foi dada nenhuma informação aos membros do conselho e não saiu nenhum decreto
272 revogando o conselho. Salientou que o conselho foi muito atuante e foram construídas varias
273 cartas e que nas áreas de conflito as comunidades tradicionais são as que mais sofrem e
274 questionou onde estão as cartas o que fizeram com as demandas dos povos e comunidades
275 tradicionais. Julio Mota informou que será retomada a construção, porém salientou que esta
276 iniciativa foi criada fora da política de Recursos Hídricos fora do sistema como se fosse uma

277 agenda separada e salientou que não deve ter iniciativa fora de uma agenda pública, entretanto
278 disse que algumas ações da Carta pelas Águas estão em andamento, e que órgão gestor esta
279 verificando como integrar essa política. Julio Mota propôs que os informes sobre o Fundo
280 Estadual de Recursos Hídricos (FERHBA) e a Câmara de Compensação Ambiental fossem
281 adiados para a reunião subsequente do conselho. A proposta foi aprovada por todos os
282 conselheiros. Eduardo Rode solicitou que fosse discutido um novo calendário para o conselho.
283 Milene Maia informou que a solicitação do conselheiro será discutida no conselho, pois para que
284 o conselho se reunisse ordinariamente será necessária alteração no regimento interno do
285 conselho. Continuando o presidente em exercício Julio Mota sugeriu que fosse agendado um
286 treinamento sobre hidrologia com os conselheiros e que o conselheiro Bruno Jardim que se
287 propôs ajudar fosse o facilitador. Dando prosseguimento Julio Mota fez um informe sobre
288 Comitê de Bacia Grande que solicitou esclarecimento ao conselho sobre a resolução número 73
289 de maio de 2010 que trata sobre o mandato dos membros dos comitês, após explicação Julio
290 Mota encaminhou para a CTIL se pronunciar e esclarecer ao Comitê. Milene Maia informou que
291 os comitês que foram criados em 2008 foram os primeiros a serem renovados e que o mandato
292 anterior a resolução em questão era de 2 anos, portanto a resolução passou vigorar para os
293 comitês criados neste ano, logo o sorteio se deu com os demais comitês para que seguissem um
294 cronograma. Milene Maia ressaltou aos demais conselheiros que as câmaras técnicas do
295 CONERH não estão em funcionamento devido à renovação do conselho, logo esta demanda não
296 poderá ser encaminhada a CTIL, e salientou que os comitês já se encontram em processo de
297 renovação, e salientou a necessidade da reunião em janeiro para discutir sobre a nova
298 composição das Câmaras Técnicas do CONERH. Julio Mota disse que a resposta a solicitação
299 deveria sair da plenária, pois de acordo com a resolução os comitês ganharam mais um ano e que
300 os comitês devem seguir a resolução do conselho. Dando continuidade a reunião Julio Mota
301 solicitou aos demais membros que encaminhassem a Secretaria Executiva os nomes para compor
302 as Câmaras Técnicas. Evilásio Fraga questionou sobre o mandato das Câmaras Técnicas; Milene
303 Maia disse que os mandatos são coincidentes com os dos membros do CONERH. Julio Mota
304 disse que seria importante conter no regimento interno do CONERH um dispositivo que pelo
305 menos a Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL fosse renovada com um prazo maior do
306 que o do conselho. Milene Maia fez uma breve apresentação sobre a atual composição das
307 Câmaras Técnicas e salientou a necessidade da renovação das mesmas tendo em vista que o
308 conselho foi renovado em novembro. Propôs uma reunião para janeiro de 2012 para formar tratar
309 sobre a composição das Câmaras Técnicas. Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi
310 encerrada. Eu, Clarice Souza Xavier lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais
311 membros integrantes deste Conselho. Salvador, 12 de dezembro de 2011.

312 **Presidente em exercício:** Julio Mota

313 **Membros:**

314 Jurema Augusta Ribeiro Valença – SECTI

315 Eduardo Henrique Rode – CREA-BA

316 Eduardo Lima – Prefeitura de Brumado

317 Eduardo Lobo – Mineração Caraíba

318 Evilásio Silva Fraga – FAEB

319 Gertha Merícia Rios – PGE

320 Julio Cupertino – A.C. Quilombola Rural de Baixão Velho

321 Luiz Henrique Pinheiro – INEMA

322 Marcelo Nunes de Abreu – SEAGRI,

323 Mauricio José Nunes Ferreira – SEPLAN,

324 Tâmara Lenize de Azevedo Teles - SICM,

325 Leila Márcia Souza Oliveira – ABAF,

326 Silva Cristina de Souza Reis – BRASKEM,

327 Marcos Galindo Pereira Lopes – FIEB,

328 Sergio Bastos – COFIC,

329 Sandra Caldas Martins Guimarães DOW Brasil S.A.

330 Rita Barbara Garcez – Associação dos Amigos do Ilê Ase Oya Tola,

331 Alcides Jorge Carvalho – Associação Cultural e Religiosa Sítio de Paz,

332 Bruno Jardim – Escola Politécnica da UFBA,

333 Renato dos Santos Andrade – SENGE-BA,

334 Ticiano Rodrigo Oliveira – AGENDA

335 Juca Ulhôa Paes da Cunha - GAMBÁ

336

337 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**

338 Eliuda Soares

339 Clarice Xavier